

19/03/2013

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 465.497 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: TELMO RIBEIRO ARAÚJO
ADV.(A/S)	: ARIIVALDO PERRONE DA SILVA
AGDO.(A/S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

Agravo regimental no agravo de instrumento. Servidor público. Cargo em comissão. Aposentadoria proporcional. Exoneração anterior à postulação do pedido. Impossibilidade.

1. O Plenário desta Corte reconheceu a impossibilidade da concessão de aposentadoria proporcional, quando o servidor ocupante de cargo em comissão não apresentar mais a condição de servidor público, em razão de sua exoneração.

2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 19 de março de 2013.

MINISTRO DIAS TOFFOLI
Relator

19/03/2013

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 465.497 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: TELMO RIBEIRO ARAÚJO
ADV.(A/S)	: ARIIVALDO PERRONE DA SILVA
AGDO.(A/S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Telmo Ribeiro Araújo interpõe tempestivo agravo regimental contra decisão em que o Ministro **Sepúlveda Pertence** negou provimento ao agravo de instrumento (fls. 256 a 258), com a seguinte fundamentação:

“Agravo de instrumento de decisão que inadmitiu RE, a, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado (f. 167):

‘ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. Servidor titular de cargo em comissão. Pedido de aposentadoria após a data da exoneração. Indeferimento. Pedido de ressarcimento ante a negativa de custeio do Órgão Previdenciário do Estado ao autor, acometido de grave moléstia sujeita a intervenção médico-hospitalar. Postulação de aposentadoria proporcional, danos morais e materiais. Ato administrativo de exoneração nulo, configurado o abuso de poder em razão da normatização, através do Parecer da PGE da possibilidade de comprovação de tempo de serviço anterior à aposentadoria. Desconsideração do princípio da legalidade ao indeferir, o Estado, o pedido de aposentação. Direito adquirido do apelante ao

AI 465497 AGR / RS

implementar a condição de tempo de serviço exigida pelo regramento constitucional, independentemente de estar ou não exonerado. Reconhecido do direito do autor apelante à aposentadoria, relegada a quantificação dos pedidos ilíquidos à liquidação de sentença. APELO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.'

Lê-se do voto condutor (f. 177 e 181):

'Acresça-se que quando postulou a aposentadoria em 17 de junho de 1997, como se constata à fl. 41, o autor apelante contava com 12.129 dias de serviço até a data de 01.01.1995, conforme comprova o Resumo de Tempo de Serviço de fl. 57, bem mais do que os 10.950 dias (30 anos) exigidos pelo artigo 40, III, alínea 'c', da Constituição Federal.

Revisadas essas circunstâncias fáticas, exsurge claramente que a Administração procedeu com arbítrio, com abuso de poder, relativamente ao autor apelante, porquanto, como visto, em situação assemelhada – ou melhor – nem tão similar assim (porque no caso do parecer 11.614-1997 normativou-se a possibilidade de comprovação de tempo de serviço anterior à aposentadoria, posteriormente a ela), verifica-se aqui que o apelante, na data do pedido de aposentadoria, 17.06.1997, já dispunha de toda a comprovação do tempo de serviço, consoante faz certo o resumo de tempo de serviço antes citado (fl. 57).

(...) Por outro lado, e por isso mesmo, não se torna admissível que o indeferimento tenha se dado porque o apelante já se encontrava exonerado.

E desse modo porque, não se pode crer que a Administração desconheça o direito adquirido do apelante que, ao implementar a condição de tempo de serviço exigida pelo regramento constitucional, tem direito à aposentação, independentemente de estar ou não

AI 465497 AGR / RS

exonerado.’

Alega o RE, em síntese, violação dos artigos 37 - referente ao princípio da legalidade - e 40, III, c, da Constituição Federal, enfatizando que o benefício não poderia ser concedido pois postulado após exoneração, quando não havia mais vínculo entre o servidor, que ocupava cargo comissionado, e o Estado.

Decido.

O Plenário deste Tribunal, ao analisar o MS 24.368, 27.2.2003, **Ilmar Galvão**, assim decidiu:

‘APOSENTADORIA PROPORCIONAL DE SERVIDOR PÚBLICO. CARGO EM COMISSÃO. EXONERAÇÃO ANTERIOR À FORMULAÇÃO DO PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE. Tendo o impetrante manifestado seu requerimento de aposentadoria proporcional quase dez anos após a exoneração do cargo em comissão que ocupava, patente a inviabilidade da concessão do benefício no regime estatutário, posto não mais apresentar a condição de servidor público. Mandado de segurança indeferido.’

Ressalta-se do voto condutor do referido julgado:

‘Desse modo, não preenche o impetrante a condição básica para requerer sua aposentadoria como servidor público, qual seja, ser ocupante de cargo público. Na verdade, o que pretende é transformar sua exoneração em aposentadoria proporcional.’

O acórdão recorrido diverge desta orientação.

Na linha do precedente, provejo o agravo, que converto em recurso extraordinário (art. 544, §§ 3º e 4º, do C.Pr.Civil) e, desde logo, dou provimento a este (art. 557, § 1º-A, do C.Pr.Civil).

Determino a inversão dos ônus da sucumbência e fixados

AI 465497 AGR / RS

os honorários em 10% do valor da causa, ressalvada a hipótese de concessão de justiça gratuita (art. 12, da Lei nº 1.060, de 05 de fevereiro de 1950).”

Sustenta o agravante, **in verbis**, que:

“Primeiro, com referência ao fundamento assentado no enunciado da Súmula 283, desse Excelso Pretório, do qual se ocupou a decisão obstativa de seguimento ao extraordinário. Com efeito, tendo-se arrimado o acórdão recorrido no instituto do **direito adquirido**, objeto de proteção **constitucional** como uma das garantias do cidadão (CF: art. 5º, XXXVI), e sendo tal fundamentos **suficiente para isoladamente** sustentar o provimento da apelação e deferimento do benefício suplicado pelo apelante, não pode prosperar a tramitação do extraordinário se não foi pontual, expressa e apropriadamente impugnado pela Fazenda Estadual.

(...)

(...) o servidor completou **em atividade** o tempo de serviço para a aposentadoria proporcional e foi exonerado a talante da Administração, **involuntariamente**, quando tinha a justa expectativa de alcançar o tempo de serviço propiciador da aposentaria integral em menos de dois anos. O direito à aposentadoria proporcional, contudo, mercê da satisfação integral de todos os seus requisitos e pressupostos, já estava formado e integrado, como **adquirido**, no patrimônio pessoal e familiar do servidor defenestrado.

(...)

Com efeito, **adquirido o direito** à aposentadoria, proporcional ou integral, outorgado **por lei** mediante integração de todos os elementos estruturais durante o pleno exercício do cargo público, não pode a Administração, por ato exclusivamente seu – a exoneração unilateral -, eximir-se de reconhecer efetividade ao direito **já constituído** a pretexto de não mais pertencer o beneficiário ao serviço público. Ao assim proceder, recusando ao titulado exercer o direito antes

AI 465497 AGR / RS

consolidada, é que estará violando o princípio da legalidade.”

É o relatório.

19/03/2013

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 465.497 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

O inconformismo não merece prosperar, haja vista que as alegações deduzidas no agravo são insuficientes para infirmar a fundamentação que ampara a decisão agravada, a qual se encontra em sintonia com a orientação jurisprudencial deste Supremo Tribunal Federal.

Com efeito, conforme assentado na decisão ora atacada, o acórdão recorrido divergiu do que foi decidido pelo Plenário deste Supremo Tribunal Federal, no julgamento do MS nº 24.368/DF, Relator o Ministro **Ilmar Galvão** (DJ de 2/5/03), que reconheceu a impossibilidade da concessão de aposentadoria proporcional, quando o servidor ocupante de cargo em comissão, como ocorre no caso dos presentes autos, não apresentar mais a condição de servidor público, em razão de sua pretérita exoneração do cargo que ocupava.

Dada a pertinência da matéria, transcrevo o seguinte trecho da fundamentação do voto então proferido pelo eminente Relator:

“(…)

Ocorre, entretanto, que questão prévia impede a análise da matéria. Isso porque a concessão da aposentadoria proporcional a servidor público pressupõe, de início, a existência de vínculo entre o requerente e a Administração Pública, bem como a oportuna manifestação do pedido, posto tratar-se de hipótese de aposentadoria voluntária.

No caso, porém, o impetrante já não é servidor público desde 1993, não tendo, à época, formalizado seu requerimento de aposentadoria proporcional, o que somente veio a fazer quase dez anos após sua exoneração do cargo em comissão que ocupava na Câmara dos Deputados.

Desse modo, não preenche o impetrante a condição básica

AI 465497 AGR / RS

para requerer sua aposentadoria como servidor público, qual seja, ser ocupante de cargo público. Na verdade, o que pretende é transformar sua exoneração em aposentadoria proporcional.”

Sobre o tema, aplicando esse entendimento, destaco a seguinte decisão monocrática: AI nº 564.915/RS, Relator o Ministro **Joaquim Barbosa**, DJ de 2/4/07.

O acórdão recorrido divergiu dessa orientação, razão pela qual foi corretamente reformado pela decisão ora agravada, a qual não merece reparos.

Ante o exposto, voto pelo não provimento do agravo regimental.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 465.497

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

AGTE.(S) : TELMO RIBEIRO ARAÚJO

ADV.(A/S) : ARIIVALDO PERRONE DA SILVA

AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. 1ª Turma, 19.3.2013.

Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Rosa Weber.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma